



Práticas ASG para a Localidade

instituto
ethos



INTRODUÇÃO

Em um cenário de crescente pressão da opinião pública por maior responsabilidade sobre o impacto das ações e operações econômicas, as empresas que implementam ações mais robustas em relação às questões ambientais, sociais e de governança conquistam maior relevância e competitividade no mercado consumidor. A integração dessas três dimensões da sustentabilidade empresarial convencionou-se chamar de ASG¹, um conjunto de critérios que orientam melhores práticas corporativas.

Este documento foi idealizado no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente do Instituto Ethos e do Projeto Defensores Ambientais², e representa um esforço para incorporar o conceito de “Localidade” no vocabulário empresarial, buscando incentivar o aprimoramento da agenda ASG nas empresas brasileiras.

1. Sigla em português para o acrônimo inglês: ESG - Environmental, Social em Corporate Governance.

2. Realização coletiva entre Transparência Internacional Brasil, o Instituto Centro de Vida (ICV), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Operação Amazônia Nativa (OPAN) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com apoio financeiro da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), a iniciativa visa promover e assegurar os direitos de defensores socioambientais no Brasil.

1. Histórico do Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente do Instituto Ethos

Reinaugurado em 2021 com uma nova abordagem, o Grupo de Trabalho (GT) de Meio Ambiente do Instituto Ethos tem como objetivos debater, articular de forma multissetorial e promover conteúdo que subsidie a construção de boas práticas empresariais, com foco na agenda de meio ambiente e clima. A intenção é que essas práticas influenciem a formulação de políticas públicas e conformidade regulatória, além de serem replicadas em fóruns e espaços de discussão. A atuação do GT é guiada pelo monitoramento das tendências de mercado e pela análise das principais políticas públicas que visam apoiar a conformidade das atividades empresariais alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a decisão por abordar em 2024 a intersecção dos aspectos ASG, mediado pelo debate sobre o conceito de Localidade, sublinha a relevância para as empresas brasileiras em pautar aspectos indispensáveis como a adaptação aos desafios climáticos, a proteção dos direitos humanos e a transparência e integridades das operações empresariais, orientando a construção de um modelo de negócios resiliente, alinhado aos objetivos e demandas deste tempo.

2. Tradução de compromissos internacionais para a realidade dos negócios brasileiros: um desafio

Essa foi uma das principais questões que permeou as discussões e trabalhos do GT em 2024. Quando nos deparamos com a necessidade de analisar referências e guias, muitas vezes percebemos a complexidade de aterrissar compromissos globais para a realidade dos negócios brasileiros. Muitos dos parâmetros internacionais, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos compromissos do Acordo de Paris, precisam ser adequados em que pese as especificidades dos diferentes locais, levando em consideração características socioeconômicas, culturais e regulatórias do Brasil.

O desafio está em adaptar esses compromissos, garantindo que as empresas brasileiras possam não apenas cumprir as metas estabelecidas, mas também integrá-las em suas dinâmicas operacionais. Essa tradução envolve, além de ajustes técnicos, a promoção de parcerias público-privadas e o desenvolvimento de soluções que levem em conta tanto os desafios como as oportunidades do país. Nesse sentido, busca-se garantir que os compromissos internacionais não sejam tratados como uma mera formalidade, mas se convertam em práticas que promovam um impacto relevante para o desenvolvimento sustentável.

ASG E LOCALIDADE

1. Definição e histórico da Agenda ASG e RSE

A agenda ASG evoluiu a partir dos princípios da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que ganhou força no Brasil entre as décadas de 1990 e 2000. A RSE foca em práticas que promovem o bem-estar social e ambiental além dos interesses financeiros.

A RSE foi inicialmente impulsionada por acordos internacionais que reforçavam o papel das empresas no desenvolvimento global, como os Objetivos do Milênio (ODM) e, mais tarde, os ODS. Esses marcos incentivaram as empresas a incorporar princípios de ética, transparência, uso sustentável e promoção dos direitos humanos em suas decisões e operações.